

Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo apresentar os resultados do diagnóstico produtivo e sócio econômico da comunidade de Boa Vista de Acará, realizado no período de março a abril de 2018, com enfoque no debate das principais formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade, localizada na Amazônia paraense. Para isto, empregou-se a aplicação de questionários e entrevistas, com o fim de proceder ao levantamento das informações, abrangendo questões referentes à produção e comercialização dos produtos agroextrativistas e seus derivados. Os resultados mostram que os produtos da agricultura familiar de Boa Vista de Acará são comercializados principalmente por intermédio de atravessadores e nas feiras do Porto da Palha ou no Ver-o-Peso, na cidade de Belém (capital do estado do Pará). Desta forma, a comunidade participa de diferentes canais de comercialização, tanto de circuitos curtos, como de circuitos longos. Entretanto, os resultados indicam que as relações mantidas pela agricultura familiar com os mercados de alimentos, ainda torna instável a renda da maioria das famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Canais de comercialização. Agricultura Familiar. Comunidade Boa Vista de Acará. Amazônia paraense.

Ivonne Maritza Buenaventura
Ramírez
volandolibre7@gmail.com
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Pará.
IFPA Campus Castanhal

Romier da Paixão Sousa
romier.sousa.ifpa@gmail.com
Instituto Federal de Educação,
Ciência y Tecnología do Pará-
Campus Castanhal / Núcleo de
Estudos em Educação e
Agroecología na Amazônia (NEA-
Castanhal)

José Daniel Gómez López
jd.gomez@ua.es
Departamento de Geografía
Humana de la Universidad de
Alicante (España).
Director del Grupo de
Investigación 'Cooperativismo,
Desarrollo Rural y
Emprendimientos Solidarios
en la Unión Europea y
Latinoamérica-COODRESUEL

INTRODUÇÃO

A agricultura de base familiar é considerada por Maluf (2004), como a forma mais conveniente de ocupação social do espaço agrário, onde os pequenos produtores de alimentos promovem a equidade e a inclusão social de maneira simultânea a uma maior e mais diversificada oferta de alimentos produzidos de forma mais sustentável.

A agricultura familiar apresenta a lógica ou racionalidade camponesa, voltada para atender as demandas da própria família e não, de imediato, as necessidades do mercado (FINATTO e SALAMONI, 2008). Caracteriza-se também, pelo fato dos agricultores serem donos dos meios de produção, ao mesmo tempo em que são os trabalhadores de seus sistemas produtivos, fazendo parte das diferentes etapas de produção, transformação e comercialização, diminuindo custos e agregando valor a seus produtos.

Esses produtos da agricultura familiar, principalmente alimentos, historicamente têm sido distribuídos ou comercializados através de diferentes canais de maneira longa ou curta, formando circuitos ou redes de interação social. Como menciona Maluf (2004), as novas possibilidades de inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares atuais requerem estratégias autônomas voltadas a uma ótica de construção social de mercados adequada às realidades particulares de cada território.

A comunidade de Boa Vista do Acará está localizada no município de Acará-PA, na Região do Baixo Tocantins, na Amazônia paraense. Atualmente as principais ocupações são: a produção agrícola, o extrativismo e os pequenos comércios. A economia local é movimentada, principalmente, pela extração e/ou cultivo e comercialização de espécies frutíferas e florestais. A comunidade também se caracteriza pelo cultivo de plantas aromáticas e medicinais mais conhecidas como plantas de cheiro¹, entre estas se destacam a *Schizolobium parahyba* (Pataqueira) e *Cyperus articulatus* (Pripioca), que têm sido bem comercializadas para a indústria cosmética, através da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV).

Os resultados deste estudo mostram que, a maior parte dos produtos da agricultura familiar de Boa Vista de Acará são comercializados principalmente através de atravessadores (marreteiros²) e outra parte é comercializada principalmente na feira do Porto da Palha ou no Ver-o-Peso³, na cidade de Belém (capital do estado do Pará). Assim, a comunidade participa de diferentes canais de comercialização, tanto de circuitos curtos (como as vendas diretas nas feiras e na comunidade), como de circuitos longos (venda aos atravessadores e matéria prima para empresa de cosméticos). Mesmo assim, relatos da comunidade demonstram que estas relações mantidas pela agricultura familiar com os mercados de alimentos, nem sempre conseguem um escoamento exitoso de seus produtos, tornando instável a renda da maioria das famílias.

Entretanto, as diferentes formas de organização social têm contribuído para melhorar a autonomia agroalimentar e a estabilidade econômica, através dos processos de capacitação e acesso ao mercado. Como mencionam Ribeiro, Nascimento e Silva (2013), a integração do setor produtivo da agricultura familiar ao mercado atual tem como agentes indispensáveis as associações e cooperativas, que passaram a desempenhar o papel de fomentadoras do desenvolvimento

econômico através da mediação e articulação que exercem entre os diferentes agentes econômicos.

Nesse sentido, o texto apresenta os resultados de pesquisa, realizada a partir do diagnóstico produtivo e socioeconômico, realizado no período de março a abril de 2018, com enfoque no debate das principais formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará. O estudo faz parte do projeto “Desenvolvimento Sustentável da Cadeia da Biodiversidade em Comunidades Rurais do Estado do Pará”, uma parceria do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) e a Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Educação Profissional e Tecnológica do Pará (SECTET).

AGRICULTURA FAMILIAR

“Agricultura familiar não é [...] um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações” (ALTAFIN, 2007, p. 1). Ao buscar na literatura as contribuições para a delimitação conceitual da agricultura familiar, encontram-se diversas correntes de pensamento, que vão desde as que consideram a moderna agricultura familiar como uma categoria nova, gerada pelas transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas, sem conexão com o campesinato, até as que defendem a agricultura familiar como um conceito em evolução, com significativas raízes históricas (ALTAFIN, 2007).

O início do debate sobre este conceito de Agricultura Familiar inicia-se nos anos 1970, quando se realizam as primeiras reuniões do Pipsa (Projeto de Intercâmbio de Pesquisas Sociais na Agricultura). As discussões se faziam desde a perspectiva de modernização da agricultura e de urbanização do meio rural (WANDERLEY, 2003), e como os moradores rurais, entre estes, o campesinato, tiveram que adaptar-se a estes dois grandes fenômenos, atravessando por uma metamorfose, como discutem Moreira e Hébette (2009), onde o campesinato desenvolve uma série de mudanças significativas no seu cotidiano, que deram a capacidade de agir as novas exigências socioambientais e econômicas.

O debate gira em torno da constituição desse ator social: trata-se da reprodução pura e simples de um campesinato “tradicional” com sua forma específica de funcionamento e de reprodução ou da emergência de um novo “personagem” na atividade agrícola e no meio rural, capaz de responder às exigências da sociedade e do mercado moderno, frequentemente visto como “gestados” pela própria ação do Estado (WANDERLEY, 2003, p. 44).

A mesma autora discute que é possível entender o campesinato em duas dimensões distintas, porém complementares. Em primeiro lugar, o campesinato constituído historicamente como uma civilização ou como uma cultura, e em segundo lugar, o campesinato como uma forma social particular de organização da produção, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família em uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo (WANDERLEY, 2003).

Neste contexto, a corrente de pensamento que defende que “as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não representam uma ruptura definitiva com formas anteriores, mas, pelo contrário, mantêm uma tradição camponesa que fortalece sua capacidade de adaptação às novas

exigências da sociedade” (ALTAFIN, 2007, p. 2), tem construído o conceito de agricultura familiar tendo como ideia central que o agricultor familiar é um ator social da agricultura moderna e, de certa forma, ele resulta da própria atuação do Estado, mas com uma significativa raiz herdada da agricultura camponesa que funda sua produção em três eixos sempre interconectados (propriedade, trabalho e família) (WANDERLEY, 2003). Entretanto, é importante entender, que a agricultura familiar moderna, não só se representa pela agricultura camponesa tradicional, que consegue se adaptar as novas exigências da sociedade e do mercado, como também se representa pelas famílias urbanas que decidem migrar ao campo para se tornar agricultores familiares.

A agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação [...] entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY 1996, p. 3).

Essas formas de inserção na sociedade global são o que Schneider (2003) debate ao interpretar a pluriatividade como uma das características da agricultura familiar contemporânea, onde a pluriatividade, ou produção agrícola diversificada, se torna uma das possibilidades de afirmar essa forma social na estrutura agrária do capitalismo contemporâneo. Neste sentido, Schneider propõe, a partir do estudo da agricultura familiar e da pluriatividade, avançar no conhecimento sociológico sobre o espaço rural e as relações sociais que nele ocorrem.

Para Wanderley (2000), a agricultura familiar no Brasil foi vista apenas como os pobres do campo, os produtores de baixa renda ou os pequenos produtores. Porém, hoje os agricultores familiares no Brasil são percebidos como portadores de outra concepção de agricultura, diferente e alternativa à agricultura latifundiária e patronal dominante no país.

Nesta ordem de ideias, para situar a agricultura familiar no contexto das discussões acadêmicas ou das políticas públicas voltadas a esta categoria social, faz-se necessário, como mencionam Finatto e Salamoni (2008, p. 203), “que se tomem como referência vários critérios, que abranjam a amplitude das formas que este segmento encontrou e encontra para se reproduzir em meio às relações capitalistas de produção”.

O campesinato é, portanto, em palavras de Meneghetti e Souza (2015, p. 37), um “modo de vida, apesar do avanço da mercantilização na agricultura, tende a resistir e se adaptar aos novos contextos econômicos e sociais e não perde seus traços camponeses, não perde suas raízes e tradições”.

Nesse sentido, a agricultura familiar da Amazônia se caracteriza por buscar garantir a produção para o autoconsumo e, posteriormente, vender os excedentes. Entendendo por autoconsumo a produção realizada pela família e destinada ao seu próprio consumo (GRISA, 2011).

Esta é a realidade da agricultura indígena, de grande parte dos ribeirinhos e de parte significativa dos moradores das reservas extrativistas. A produção de farinha de mandioca, a produção de macaxeira, a criação de pequenos animais (galinhas), a caça e a pesca, para a maioria dos agricultores, são destinadas para o consumo da

família e, garantida a alimentação para o ano, são vendidos os excedentes (MENEGHETTI e SOUZA, 2015, p.39-40).

Assim, a produção para autoconsumo gera autonomia do agricultor familiar fazendo com que dependa menos das condições externas à unidade de produção gerando estabilidade na segurança e soberania alimentar.

Neste diálogo Gazolla e Schneider (2007) discutem com base nas reflexões teóricas desenvolvidas por autores clássicos que estudaram o tema, tais como Chayánov⁴ e Wolf, no qual, o autoconsumo é uma característica que pode ser descrita como genuína às formas sociais familiares, pois é uma dimensão constitutiva do campesinato que o define e o caracteriza em todas as sociedades.

Desta maneira, práticas como a produção para o autoconsumo na agricultura familiar, possibilitam o acesso a uma variedade de alimentos gerando autonomia frente à oferta e preços dos mercados com relação aos alimentos.

Nesse sentido, a produção para autoconsumo, em alguma medida, explica a permanência da agricultura familiar nas sociedades atuais, na medida em que é o autoconsumo o responsável pela sociabilidade e a identidade dos agricultores, assim como da segurança alimentar desse grupo social.

Lamarche (1993 *Apud* MENEGHETTI e SOUZA, 2015, p. 30) propõe um modelo de análise da agricultura familiar considerando o grau de inserção nos mercados. Tendo uma coexistência de espectros de agricultores, desde os que estão altamente inseridos nos mercados até os que produzem somente para o autoconsumo.

No caso do estado do Pará, caracteriza-se a produção familiar pelo multiculturalismo e pelas diferentes formas de conduzir a unidade produtiva. A heterogeneidade se faz representar pelos diferentes tipos de produtores familiares, desde os ligados ao mercado tendo sua produção sendo especializadas aos produtores que permanecem com a produção de pequena escala e que não levam em conta as vantagens comparativas, mas sim a reprodução e sustento da família (FIGUEIRAS e HERRERA, 2012, p. 7).

Fato que se aplica à produção familiar na comunidade de Boa Vista de Acará, onde se verifica que as famílias com maior área disponível para o uso agrícola, têm maior ligação com os mercados ou com os diferentes canais de comercialização, e por outro lado, os estabelecimentos de pequeno porte, geram produção para consumo e se houver possibilidades, vendem seus excedentes.

CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO E INSERÇÃO NO MERCADO

A relação da agricultura familiar com os mercados de alimentos mantém dois tipos de vínculos simultâneos: através de canais longos de comercialização, como a venda de produtos *in natura* a intermediários ou atravessadores, e na venda de

matéria prima a empresas, e através dos canais curtos de comercialização, como a venda direta ao consumidor ou através de diferentes formas de relacionamento e confiança entre produtores e consumidores.

Os canais longos de comercialização trazem benefícios e desvantagens. Os benefícios vêm relacionados principalmente ao não investimento nos custos de transporte até o consumidor, assim como a possibilidades de venda no atacado, incluindo a produção de vizinhos e familiares. De acordo com Rezende e Gomes (2000), a presença de intermediários na comercialização agrícola, em alguns casos torna-se necessária, já que existem uma série de fatores que se relacionam com a experiência e conhecimento do mercado, assim como a demanda de varejo e atacado, que fazem com que os agricultores familiares apresentem obstáculos para que os mesmos comercializem diretamente.

A desvantagem é principalmente relacionada à imposição do preço por parte de quem compra, sendo em alguns casos, preços baixos em relação aos custos de produção.

Por outro lado, uma das principais desvantagens dos canais curtos de comercialização, como a participação em feiras, é o investimento no transporte, pois na participação de feiras têm-se o risco de que as vendas não compensem o investimento feito para o transporte dos produtos. Entretanto, as vantagens são muitas, ao favorecer a construção social dos mercados, a ligação entre produtores e consumidores, assim como novas relações entre produção e consumo, buscando o comércio justo entre as duas partes. Como destacam Cabanes Morote e Gómez López (2014), nos circuitos curtos de comercialização se evidenciam a horizontalidade, a confiança, o conhecimento, a informação e a proximidade (não só espacial mais também, relacional).

A inserção nos mercados das comunidades ribeirinhas da Amazônia, como discutem Meneghetti e Souza (2015), se dá de forma marginal, informal e principalmente através dos mercados locais.

Vendem para marreteiros, compradores que vão buscar os produtos nas comunidades ou nas barrancas dos rios e pagam o preço que querem. Comercializam também em feiras locais e alguns produtos são comercializados ou trocados na própria comunidade. Para alguns agricultores, o valor das vendas mal cobre os gastos com produtos consumidos na propriedade e que não são produzidos ali (MENEGETTI e SOUZA, 2015, p. 40).

Ressalta-se que algumas famílias agricultoras com pequenos estabelecimentos não conseguem produzir o suficiente para sua manutenção, tendo que vender sua mão de obra para outras famílias de agricultores ou em atividades não agrícolas para complementar as necessidades básicas da família e da propriedade.

Assim, independentemente das estratégias e dos canais de distribuição e comercialização dos produtos da agricultura familiar, seja através de circuitos longos ou curtos, uma das principais estratégias que mantêm os agricultores familiares nos mercados é a pluriatividade. “Essa interação entre atividades agrícolas e não agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexa e diversificadas forem as relações entre agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados”. (SCHNEIDER, 2003, p. 10).

Nas palavras de Schneider (2003), a pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores articulando-os de diversas formas com o mercado.

COMUNIDADE BOA VISTA DE ACARÁ – LOCAL DA PESQUISA

A comunidade de Boa vista do Acará localiza-se no município de Acará, na Região do Baixo Tocantins, a 30 minutos de Barco da cidade de Belém, capital do estado do Pará, na Amazônia Brasileira. Narrações históricas datam suas origens do século XVIII, com a presença de escravos africanos e de seus descendentes que fugiam das fazendas e olarias da região e se refugiavam nas proximidades da cidade, o que ajudou na integração econômica destas populações. Como mencionam Marim e Castro (1999), essas áreas ribeirinhas próximas a Belém foram sendo amplamente povoadas desde a fase colonial, desenvolvendo diversas atividades agrícolas.

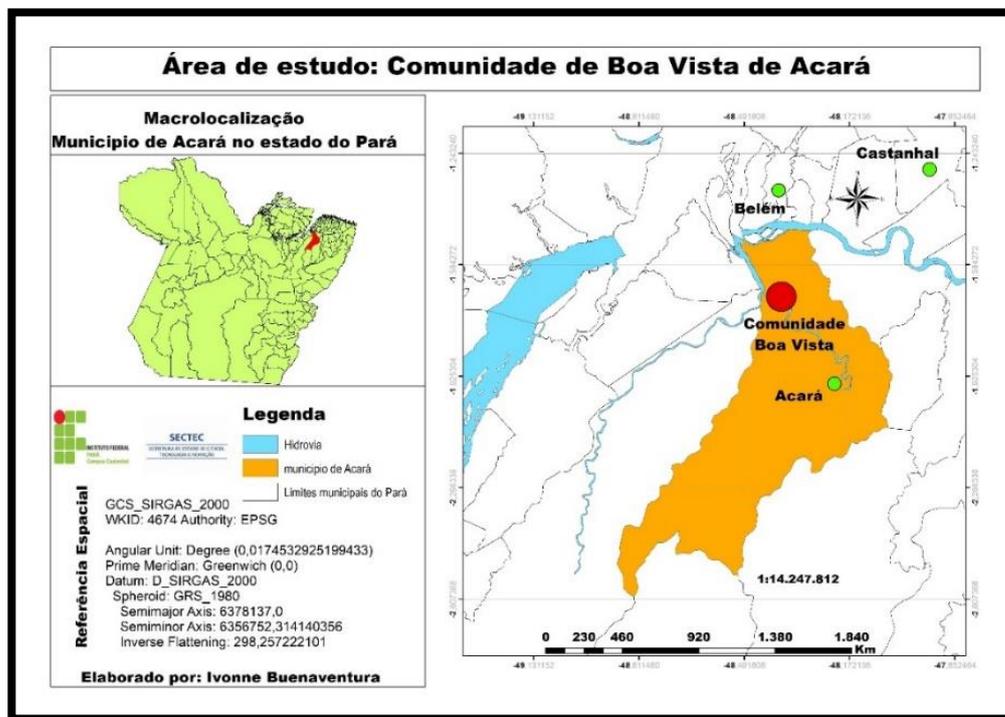
[...] a fuga e a constituição dos quilombos⁵ [...] encontrariam expressão maior com a explosão do movimento da Cabanagem, desde os primórdios do século XVIII, como fazem prova os registros cartoriais e a correspondência colonial. De Belém, subindo o rio com seus afluentes principais, o Acará, o Mojú e o Capim, e outros dessa extensa rede hidrográfica conformadora da região e ilhas do delta do estuário amazônico, concentrava-se a mais expressiva presença da colonização, ao lado da costa nordeste da Província (MARIN e CASTRO, 1999, p. 90).

As coordenadas geográficas do município são: latitude 01°57'39" S e longitude 48°11'48" O, com uma altitude de 25 metros acima do nível do mar. Segundo os dados do IBGE, possuía uma população de 53.569 pessoas e uma densidade demográfica de 12,33 hab./Km² no último censo no ano 2010, com uma área territorial de 4.343,550 Km² (IBGE, 2018).

A comunidade de Boa Vista do Acará está situada a 105 km da sede do município ao qual pertence, Acará. O acesso à comunidade pode ocorrer via terrestre por meio da Alça Viária (PA – 158), ou por hidrovía que têm o contato mais rápido e fácil com a capital do estado, Belém (Figura 1). Caracteriza-se por apresentar áreas de várzeas e terras firmes.

Na comunidade habitam aproximadamente 600 pessoas, distribuídas em 200 famílias, organizadas em aproximadamente 120 grupos familiares. Em torno de 15% dessas famílias são ribeirinhas e em sua maioria vivem do extrativismo animal e vegetal, sendo a pesca artesanal e a coleta do fruto de açaí as principais atividades.

Figura 1: Mapa da área de estudo (Comunidade de Boa Vista de Acará).



Fonte: Os autores (2018)

METODOLOGIA

Para o levantamento de informações na comunidade, utilizou-se entrevistas informais e a aplicação de questionários semiestruturados. Essas ferramentas facilitaram criar um ambiente aberto de diálogo e permitiu às pessoas entrevistadas expressarem-se livremente.

As entrevistas com os agricultores e agricultoras buscaram levantar a cronologia de fatos relevantes dos sistemas de produção, dos mercados, e os principais problemas enfrentados na comercialização, entre outras questões.

A aplicação dos questionários envolveu perguntas associadas à identificação do produtor (agricultor (a), extrativista ou agroextrativista), educação, organização social, acesso a crédito, sistemas de produção, comercialização, entre outros aspectos. Foram entrevistados 108 grupos familiares, durante o período de março a abril de 2018. Os questionários foram aplicados na área de terra firme e na área de várzea, visando atingir a totalidade das famílias, porém, durante os períodos de aplicação dos questionários, algumas famílias encontravam-se fora de suas residências ou fora da comunidade, motivo pelo qual não foram entrevistadas (aproximadamente 10% das famílias da comunidade não foram entrevistadas).

Para tratar estes conjuntos de dados, desenharam-se tabelas e representações gráficas das categorias numéricas das variáveis junto com o número de elementos que classificam cada categoria, permitindo entender com mais facilidade as diferentes tendências da comunidade em cada um dos temas tratados no questionário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aspectos socioeconômicos da comunidade

A comunidade de Boa Vista de Acará tem suas origens nas fugas dos escravos no século XVIII e a constituição dos quilombos, como descrevem Marin e Castro, (1999). Estes movimentos de ocupação e de comercialização encontraram-se no delta do rio Amazonas, onde era desenvolvida a agricultura principalmente a cana de açúcar, plantada nas várzeas que por sua vez alimentava os engenhos que se instalavam para produção de açúcar, aguardente e outros derivados, como a rapadura. As potencialidades florestais desta região foram estruturando estas localidades a partir de uma economia agroextrativista.

Analisando o perfil dos entrevistados, constatou-se que mais de 80% nasceram no município, a média de idade das pessoas entrevistadas foi de 38 anos. Quanto à escolaridade, 65% estudaram até o ensino fundamental, e apenas 4% chegaram até a educação superior. Percebeu-se também, que o grau de escolaridade está diretamente relacionado com a idade dos entrevistados; quanto mais idade, menor o nível de estudo, em função das dificuldades em acessar a escola em períodos anteriores, tendo em vista que muitas comunidades não contavam com escolas públicas, nem com transporte para chegar aos centros urbanos mais próximos.

Essa realidade no Pará representa grande parte da realidade Amazônica e, é muito comum nos demais estados Brasileiros, e essa condição tem causado reflexões na política educacional para os trabalhadores do campo no Brasil, constituindo uma prática social identificada como Educação do Campo, que incorpora as demandas e necessidades advindas das lutas históricas e reivindicações dos que habitam o campo, com suas especificidades sociais, culturais, ambientais, políticas, econômicas, de gênero, raça e etnia (HAGE, CRUZ e SILVA, s.d.).

Abraham, Neirão e Lobato (2006), refletem que umas das principais questões relacionadas à dificuldade de consolidação dos sistemas produtivos no Estado do Pará é a baixa estruturação da educação, e a falta de capacitação dos agricultores. Assim, o baixo nível de escolaridade interfere negativamente e é uma das causas que afetam a qualidade de vida e a inserção competitiva de seus produtos no mercado.

A comunidade de Boa Vista do Acará atualmente tem como principais ocupações a produção agrícola, o extrativismo e os pequenos comércios. A economia local é movimentada principalmente pela extração e/ou cultivo e comercialização de espécies frutíferas e florestais como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçú), *Bactris gasipaes Kunth* (Pupunha), entre outras. O cultivo de *Maniotoh Esculenta* L. (Mandioca), atualmente não representa mais uma das principais fontes de renda econômica, porém, tem grande importância para a manutenção de a soberania alimentar das comunidades que produzem farinha, tucupi⁶, tapioca, e outros derivados, para autoconsumo principalmente.

A comunidade também se caracteriza pelo cultivo de plantas medicinais e de cheiro, como *Ocimum basilicum* (Manjericão), *Pogostemon spp.* (Patchuli), *Tanacetum vulgare* (Catinga de Mulata), *Siparuna guianensis* Aubl. (Capitiú), *Schizolobium parahyba* (Pataqueira), *Cyperus articulatus* L (Pripioca), entre

outras. Estas duas últimas têm sido bem comercializadas para uma empresa de cosméticos através da Associação de Produtores Orgânicos de Boa Vista (APOBV).

A comunidade trabalha com a cadeia produtiva da biodiversidade, e desde o ano de 2003, com a consolidação da APOBV e o desenvolvimento de processos de capacitação com instituições públicas e privadas, vem realizando diferentes mecanismos a partir do trabalho coletivo comunitário e a produção diversificada, assim como a agregação de valor aos produtos, que abrem novas perspectivas de acesso justo aos mercados (Figura 2).

Figura 2: Valor agregado dos produtos derivados da Mandioca, Castanha do Pará, Ervas de cheiro e cria de animais.



Fonte: Trabalho do campo, 2018.

A: Beiju chica, feito a partir da massa da mandioca. B: Molho de Tucupi, extraído da raiz da mandioca brava e temperado com pimentas. C: Galinhas caipiras, em cestas artesanais. D: Extrato de plantas de cheiro. E: Biscoitos de Castanha do Pará.

Como discute Maluf (2004), a produção diversificada e a agregação de valor aos produtos constituem umas das estratégias que mantém o vínculo entre a agricultura familiar e os distintos tipos de mercados.

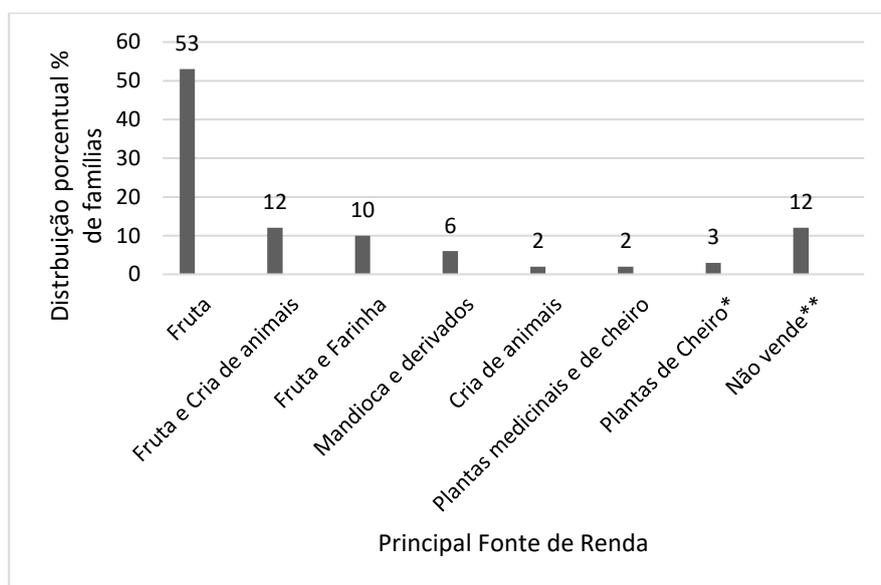
Atualmente, mais de 90% das famílias entrevistadas se dedicam principalmente à agricultura. Os sistemas de produção são orientados para o autoconsumo, assim como para a comercialização do excedente.

A população da comunidade de Boa Vista de Acará se enquadra na categoria de agricultores e agroextrativistas, pois suas atividades estão diretamente vinculadas à agricultura familiar e coleta de produtos da floresta, além da pesca artesanal.

Para 53% das famílias entrevistadas, a principal fonte de renda é a venda de frutas *in natura* das diferentes espécies que proporcionam safras no decorrer do ciclo anual, destacando-se as provenientes do agro extrativismo, como *Euterpe oleracea* (Açaí), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Bactris gasipaes* (Pupunha),

Bertholletia excelsa (Castanha do Pará), entre outras. 12% têm como principal fonte de renda além da fruta *In natura* a cria de animais, 10% fruta e farinha, 6% Mandioca e derivados, só 2% tem como principal fonte de renda a cria de animais, e 2% o cultivo de plantas medicinais e de cheiro, 3% tem como principal atividade a venda de plantas de cheiro através da APOBV, e 12% das famílias não vendem seus produtos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Principal fonte de renda entre as famílias entrevistadas.



Fonte: Autores, 2018.

*Famílias que tem como principal fonte de renda, a venda de plantas de cheiro, Priprioca e Pataqueira como matérias primas para a indústria cosmética, através da APOBV. ** Dedicam-se a outros empregos, para a obtenção da renda monetária, como servidores públicos em escolas ou postos de saúde, motoristas e comerciantes independentes.

Esta característica tem impulsionado à comunidade a aumentar a produção frutícola, cultivando espécies que antes eram só coletadas através do extrativismo, e focando também numa organização mais adequada para sua comercialização. Estes aspectos têm levado a comunidade a refletir sobre a necessidade de transformar a associação em uma cooperativa ou criar uma cooperativa que possa atender estas necessidades, principalmente na área de comercialização, tendo em conta que a associação é sem fins lucrativos, e por isto apresenta dificuldades na hora de emitir nota fiscal nos processos de comercialização.

Como discute Cabanes Morote e Gómez López (2014), as zonas rurais e o setor agroalimentar vinculado historicamente ao movimento cooperativo, vêm criando novos modelos de organização econômica, social e laboral, que seguindo os princípios e valores cooperativos e no marco da agroecologia, exploram novos espaços de construção coletiva e participativa, em oposição da economia capitalista e na construção de sistemas sociais mais justos e sustentáveis, assim como economicamente viáveis.

Diversidade de produtos e formas de beneficiamento

Os sistemas produtivos da comunidade de Boa Vista de Acará, são diversificados, representados por quintais agroflorestais não planejados ou sistemas agroflorestais (SAF) planejados, tendo sido encontrados mais de 40 espécies vegetais (Apêndice 1) para alimentação e comercialização, entre as quais trinta e cinco (35) são espécies agroflorestais, o que faz com que a paisagem seja predominantemente de floresta, abrigando assim uma importante biodiversidade de fauna e flora que se relacionam com esta.

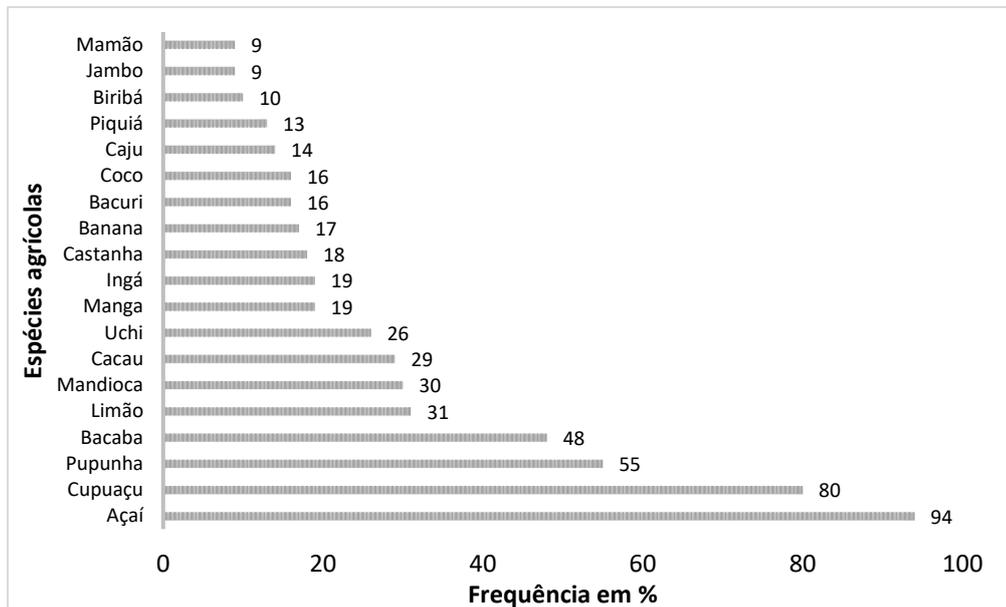
Nas palavras de Schoroth, *et. al.* (2004, p. 8) os “sistemas agroflorestais podem fornecer habitat e recursos para espécies vegetais e animais nativos dependentes da floresta que não seriam capazes de sobreviver em uma paisagem puramente agrícola”. Entretanto, como discute Tabarelli *et. al.* (2010) os sistemas agroflorestais não substituem de forma integral as funcionalidades das áreas de floresta, mais são os sistemas agrícolas que oferecem melhores condições para a conservação da biodiversidade, ao facilitar a conectividade entre as áreas florestais, ou inclusive, funcionar como trampolim, entre os fragmentos de floresta, formando corredores ecológicos.

Isso ocorre devido ao fato de os sistemas produtivos agroflorestais representarem uma maior complexidade com relação às áreas agrícolas convencionais ou de monoculturas, já que tem semelhanças com a vegetação natural local em estrutura, composição e funcionalidade, ao imitar as funções ecológicas encontradas nos sistemas naturais, ao possuir maior diversidade de espécies, e arranjos estratificados que imitam a sucessão natural (estrato baixo, médio, médio-alto, alto e emergente), além de incluírem espécies nativas (SOLLBERG, SCHIAVETTI e BRUCK MORAES, 2014).

Dessa maneira, as espécies arbóreas introduzidas nos sistemas agroflorestais também contribuem na proteção do solo, através da cobertura com biomassa, reduzindo a erosão, ao mesmo tempo em que contribuem na renda das comunidades por meio dos produtos florestais como madeira, frutos, sementes e óleos. Entre as espécies agroflorestais e de valor comercial, as mais frequentes encontradas nos arranjos da comunidade de Boa Vista de Acará são: *Euterpe oleracea* (Açaí), *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu), *Bactris gasipaes* (Pupunha), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Theobroma cacao* (Cacau), *Endopleura uchi* (Uchi), *Mangifera indica* L. (Manga), *Inga spp.* (Ingá), *Bertholletia excelsa* (Castanha), entre outras (Gráfico 2).

Estas espécies mais frequentes, também representam as principais espécies utilizadas para o autoconsumo das famílias, destacando-se no nível de organização e distribuição espacial no interior da propriedade ou “quintal”. No contexto social e econômico, são as que fazem os agricultores possuírem pouca dependência para garantir suas necessidades de segurança alimentar. Portanto, constatou-se que alguns produtos comprados nos supermercados pelos agricultores, poderiam ser produzidos pelos mesmos, nos quais se destaca o feijão, os ovos e as hortaliças.

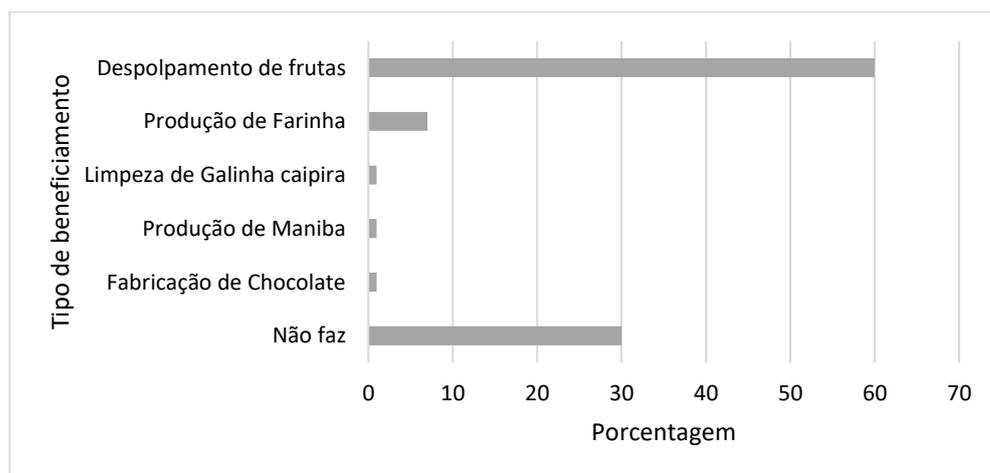
Gráfico 2: Espécies agrícolas mais frequentes nos quintais agroflorestais da comunidade de Boa Vista de Acará



Fonte: Os autores, 2018.

Por outro lado, observa-se que as frutas produzem as matérias primas mais importantes na comunidade, pois sustentam a segurança e soberania alimentar, assim como contribui na geração de renda monetária para as famílias. A comercialização destas frutas se faz principalmente *in natura*, entretanto 70% dos entrevistados fazem algum tipo de beneficiamento para comercialização (Gráfico 3).

Gráfico 3: Diferentes tipos de beneficiamento realizados pela comunidade para comercialização



Fonte: Os autores, 2018.

Dentre as frutas beneficiadas para comercialização, o *Theobroma grandiflorum* (Cupuaçu) é o mais comercializado tanto na temporada da safra,

como nas entressafras, onde algumas famílias estocam para vender a um melhor preço.

Como mostra Magalhães Nogueira e Santana (2009), a fruticultura é uma das quatro atividades econômicas de maior importância para o Estado do Pará, e entre as frutas nativas da Amazônia que apresentam maior dinâmica da produção, comercialização e inserção nos mercados nacional e internacional, estão o Açaí e o Cupuaçu. O Pará é o principal produtor destas frutas no país. Ressaltando também que o Brasil é o terceiro maior produtor de frutas no mundo (SEBRAE, 2015).

Estas características demonstram um dos pontos potenciais para dinamizar a economia da comunidade de Boa Vista de Acará, tendo em vista que as frutas representam um componente significativo nas unidades de produção familiar, e é atualmente a principal fonte de renda. Porém, os (as) agricultores (as) familiares da comunidade ainda contam com recursos e infraestrutura precários para o beneficiamento e armazenamento das polpas de frutas, considerando, que a técnica de despolpamento do cupuaçu, por exemplo, se faz de forma tradicional, na tesoura e em alguns casos sem cumprir as normas básicas de higiene e boas práticas na manipulação de alimentos, razão que diminui o potencial que estes produtos podem ter nos canais de comercialização. Sendo assim, torna-se urgente e prioritário desenvolver projetos e empreendimentos que melhorem a capacitação e as condições no processamento e comercialização das polpas de frutas nesta comunidade.

Souza *et. al.* (2011) destaca em seus estudos que na zona urbana há procura por polpa de Cupuaçu extraída de forma manual, por ser considerada com melhor consistência para fazer doces pastosos. No entanto, esse procedimento tradicional da retirada da polpa não atende aos princípios de identidade e qualidade para a polpa de Cupuaçu, uma vez que o manuseio com tesoura facilita a contaminação. Por esse motivo, a despolpa manual somente deve ser usado quando o consumo da polpa for restrito ao consumo próprio, não sendo permitido esse procedimento para produção comercial de polpa congelada.

Sazonalidade e renda mensal

Sazonal se refere ao que é temporário, ou seja, que é típico de determinada estação ou época. Assim, muitos dos produtos da agricultura familiar têm uma sazonalidade enquanto ao plantio e colheita. Tendo em conta isto, a renda mensal das famílias varia de acordo com temporada do ano, pois a maioria das famílias obtém a sua principal fonte de renda da venda de frutas como Açaí, Pupunha, Bacaba, Cupuaçu, Uchi, Manga, entre outros, que possuem sazonalidade na produção (Quadro 1).

Quadro 1: Distribuição sazonal das principais espécies agrícolas e extrativas exploradas pela comunidade para comercialização.

PRODUTOS	MESES											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Açaí						■	■	■	■	■	■	
Pupunha		■	■	■								
Cupuaçu	■	■	■	■								■
Bacaba	■									■	■	■
Caju							■	■	■			
Jaca		■	■	■	■					■		
Uchi	■	■	■									
Bacuri	■	■	■									
Manga	■	■	■									■
Biribá	■	■	■									
Açaí branco	■	■	■									
Tucumã	■	■	■								■	■
Coco	■	■	■								■	■
Piquiá		■	■	■								
Limão galego			■	■	■							
Jambo				■	■	■						
Murici		■	■	■								
Melancia							■					
Limãozinho							■					
Ingá										■	■	■
Carambola	■	■								■		
Fruta pão	■	■	■							■		
Ervas medicinais ou aromáticas						■						■

Fonte: Autores, 2018.

Este fenômeno faz flutuar a renda econômica dependendo das safras de cada uma das espécies cultivadas ou coletadas. Estudos desenvolvidos por Sousa (2013) mostram a importância dessa característica na Amazônia, pois muitas famílias chegam a ter dificuldades em se alimentar devido à sazonalidade do açaí, o que é caracterizado por este autor, como pobreza sazonal.

Assim, na época das safras das principais espécies comercializadas, as famílias conseguem aumentar a renda, e nos períodos das entressafras, a renda diminui. Como ilustra o quadro 1, no período de abril a setembro a produção de algumas frutas diminuiu significativamente, sendo possivelmente estes meses onde a renda monetária se vê afetada por causa da escassez de frutas para consumo e comercialização. Entretanto, no primeiro semestre do ano, principalmente em março, é o período em que os preços de frutas como *Euterpe oleracea* (Açaí) atingem patamares substancialmente elevados em relação à média anual, o que

representa uma oportunidade para os agricultores familiares que conseguem ofertar frutos neste período.

Enquanto a renda familiar dos 108 grupos familiares entrevistados, 33% tem menos de 1 Salário Mínimo (S.M.) ou consegue chegar até 1 S.M., 15% consegue 1 S. M., 45% conseguem entre 1 até 3 S.M., somente 2% conseguem uma renda acima de 3 S.M. 5% das famílias entrevistadas não responderam a esta questão.

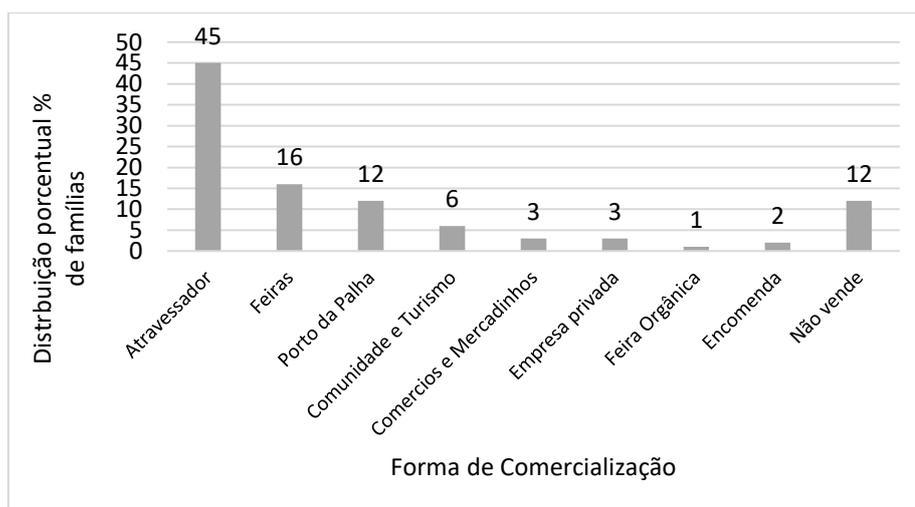
Entretanto, a baixa renda monetária não representa necessariamente uma baixa qualidade de vida, principalmente pelo papel importante da produção para autoconsumo, característica dos agricultores familiares.

Na comunidade de Boa Vista de Acará, pode-se observar que algumas famílias centralizam seus esforços de produção e organização no cultivo de plantas de cheiro como Priprioca e Pataqueira, que são comercializadas para a indústria cosmética, deixando em segundo plano os esforços na produção de alimentos para autoconsumo. Logo, essas famílias agricultoras, que não priorizam a produção para autoconsumo, dependem da renda mensal para a manutenção da unidade familiar, ficando dependentes do mercado para satisfazer as necessidades básicas alimentares.

Características da comercialização

A comunidade comercializa a produção com três agentes distintos: a associação, os atravessadores e a venda direta ao consumidor. A maior parte dos produtos se comercializa *in natura*, e em alguns casos beneficiados aos atravessadores que vão buscar os produtos na comunidade ou no Porto da Palha, em Belém; e na venda direta ao consumidor nas feiras, na comunidade, ao turismo, ou por encomenda (Gráfico 4).

Gráfico 4: Formas de comercialização dos produtos da agricultura familiar da comunidade de Boa Vista de Acará.



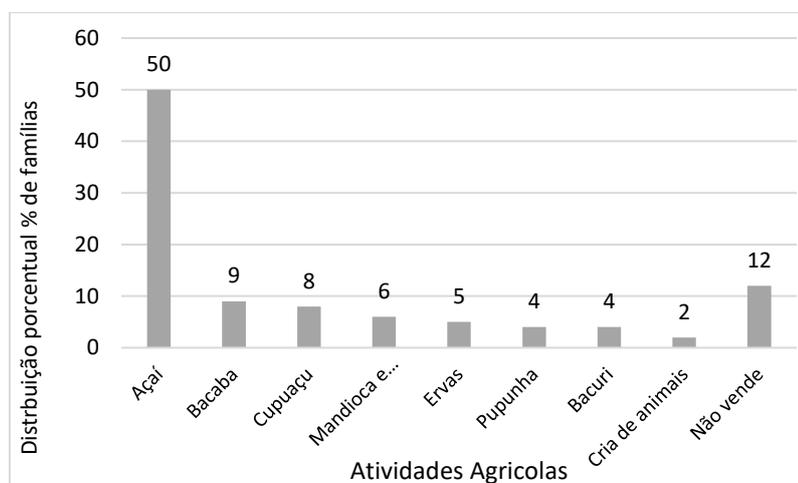
Fonte: Autores, 2018.

É possível observar no gráfico acima que 45% das famílias vendem seus produtos principalmente aos atravessadores ou Marreteiros; 16% vendem em várias feiras, como a feira do Porto da Palha e o Ver-o-Peso na cidade de Belém,

capital do estado; 12% vendem exclusivamente no Porto da Palha, onde as vendas ocorrem tanto para intermediários como para o consumidor final; 3% vendem matéria prima para a indústria cosmética através da APOBV e umas poucas famílias vendem na comunidade, em comércios locais ou por encomenda. Apenas 1% vende na Feira Orgânica em Belém e 12% das famílias não vendem seus produtos, cultivando para o autoconsumo e obtendo sua renda de outras fontes.

Para 50% das famílias entrevistadas, a atividade mais lucrativa é o cultivo ou extrativismo do Açaí. Para outras famílias, são o cultivo ou extrativismo da Bacaba, Cupuaçu, a Mandioca e seus derivados, entre outras (Gráfico 5).

Gráfico 5: Atividade agrícola mais lucrativas para as famílias da comunidade de Boa Vista de Acará



Fonte: Autores, 2018.

Enquanto a atividade mais lucrativa que é o cultivo ou extrativismo do Açaí, no período da safra, as famílias agricultoras recebem, no início da safra, de R\$ 70,00 a 100,00 pela “basqueta” (basquetas são cestos de fibras regionais, cada basqueta comporta 14 kg de frutos *in-natura*); e no final da safra chega a R\$ 250,00 a basqueta ou mais. Porém no meio da safra, o preço do produto chega a R\$ 30,00 ou R\$ 40,00 a basqueta. Essa flutuação significativa do preço do açaí pode dar grandes possibilidades, tendo em conta que o açaí frutifica durante todo o ano. Por exemplo, praticando técnicas de manejo que permitam alongar o ciclo da cultura do açaí de forma que as famílias agricultoras se beneficiem daqueles períodos em que os preços são mais elevados, como no final da safra, quando o preço se eleva significativamente em relação à média anual.

Como descrevem Magalhães e Santana (2009) em seu escrito sobre a análise de sazonalidade de preços de varejo de Açaí, Cupuaçu e Bacaba no estado do Pará, a variação dos preços do Açaí em torno da média é irregular, apresentando maior variabilidade no mês de maio e menor no mês de junho, indicando que o comportamento do preço de varejo do Açaí no Estado do Pará é instável.

Esse fenômeno é de grande importância na consolidação dos planos de comercialização dos agricultores familiares, pois servem para nortear as decisões no manejo, de modo a estabelecer critérios e estratégias para suprir o mercado no período em que o preço aumenta. Assim, “diante da alta de preços do açaí no mercado varejista do Estado do Pará, criam-se expectativas de que o aumento da produção e comercialização resultará em maiores lucros para os produtores” (MAGALHÃES e SANTANA, 2009, p. 19).

É importante entender que a flutuação do preço do açaí e a representação de uma crescente demanda do mercado por este produto, gera em algumas regiões uma mudança agroextrativista para um modelo de produção que rompe com a cadeia produtiva da biodiversidade, como por exemplo, monoculturas via “Açaização” dos ecossistemas ribeirinhos do estuário amazônico, o que podem trazer desequilíbrio não só nas dimensões socioeconômicas e ambientais da região, mas também nas características da reprodução de vida dos agricultores e agricultoras. Atualmente, é evidente na agricultura familiar desta região, a segurança e soberania alimentar através da diversificação da produção e a produção para o autoconsumo.

Relação Consumo/Venda

Na relação entre consumo e venda se encontra uma das principais razões que fazem com que a comunidade de Boa Vista de Acará, e em geral as comunidades agroextrativistas da Amazônia paraense, possuam uma boa qualidade de vida, mesmo tendo em média uma renda monetária familiar baixa. Isto como resultado da segurança e soberania alimentar que se gera de sua produção para autoconsumo, sendo esta uma das características da agricultura familiar que contribui na autonomia das famílias, frente a atual crise agrária.

Como explica Van der Ploeg (2009) nas sete teses sobre agricultura camponesa:

As respostas para a atual crise agrária (especialmente em relação aos preços baixos e flutuantes, níveis crescentes dos custos e dificuldades associadas com o refinanciamento das dívidas) diferem consideravelmente. Basicamente, os agricultores capitalistas tendem a fechar suas fazendas-empresas, enquanto os agricultores empresários tendem a desativar seus negócios agrícolas ao mesmo tempo em que redirecionam seus recursos para outros domínios não agrícolas. A agricultura camponesa é relativamente menos afetada: está menos endividada e requer muito menos aportes externos. Isso não quer dizer que os campesinatos do mundo passam incólumes pela crise. Pelo contrário, eles são gravemente afetados. Mas a sua maneira de reagir difere estruturalmente daquela escolhida pelos agricultores empresariais e capitalistas (VAN DER PLOEG, 2009, p. 27-28).

Assim, os agricultores familiares ao contrário da agricultura empresarial, em períodos de crise na comercialização de seus produtos, não desativam suas unidades de produção agrícola, pelo contrário, eles mantêm sua produção que vai garantir seu autoconsumo.

Embora grande parte dos agricultores familiares possua uma diversificação na sua produção, tanto para comercialização como para o consumo, muitos procuram a pluriatividade que incluem atividades não agrícolas, como alternativas para obter renda externa que lhes permita continuar produzindo nos períodos de crise.

Na relação consumo – venda da comunidade de Boa Vista de Acará, os principais produtos comercializados, também são os que sustentam a alimentação dos grupos familiares, entre estes: *Euterpe oleracea* (Açaí), *Oenocarpus bacaba* (Bacaba), *Bertholletia excelsa* (Castanha), *Bactris gasipaes* (Pupunha) e *Maniototh Esculenta* L. (Mandioca) e seus derivados. Aproximadamente 80% das famílias entrevistadas preferem o *Euterpe oleracea* (Açaí) como base para sua alimentação,

de forma que consomem o que precisam e vendem o excedente. De igual forma, 20% das famílias entrevistadas preferem a *Oenocarpus bacaba* (Bacaba) como base de sua alimentação, assim, usam o que precisam e vendem o excedente.

É interessante que o Açaí e a Bacaba apresentam sincronismo. A época de frutificação de ambos é complementar, quando se inicia o período de entressafra do Açaí, começa a safra de Bacaba (MAGALHÃES e SANTANA, 2009). Sendo assim, os agricultores familiares cujo hábito alimentar se fundamenta no Açaí e, alternativamente, na Bacaba, garantem durante todo o ciclo anual o abastecimento para sua alimentação, assim como de frutos para a comercialização.

Já em relação a mandioca e seus derivados, a maioria das famílias desenvolve o cultivo da mandioca e produção de seus derivados, principalmente para autoconsumo, já que faz parte de sua cultura alimentar do dia a dia. Atualmente, ela não representa mais a principal fonte de renda, já que se encontra no mercado produtos similares, de baixa qualidade e baixo preço, sendo difícil competir contra este mercado orientado ao consumo cego.

Arancibia (2012) menciona que na atualidade a sociedade incentiva à destruição dos recursos, da sociedade e da biodiversidade, por meio de um consumo cego de bens, serviços e alimentos em excesso, supostamente para satisfazer legítimos desejos, mas sem considerar os processos de produção, distribuição e comercialização dos produtos que consomem. Neste sentido, o autor discute que a cultura do consumidor com tendência ao consumismo é uma consequência da expansão capitalista após as revoluções industriais, que educam as pessoas para serem consumidores, através de mecanismos de sedução e manipulação como o marketing e a propaganda.

São estes métodos, entre outros, que o sistema utiliza para gerar um consumismo exacerbado, toda vez que fomentam a procura constante pela saciedade do desejo de consumo e que, uma vez alcançado, gera um vazio até achar outro produto ou serviço que preencha este vácuo. Isto mantém as pessoas numa roda constante de consumo e descarte (ARANCIBIA, 2012, p. 27-28).

A relação entre consumo e venda das famílias agricultoras é muito importante, define a capacidade de autonomia, como menciona Gazolla e Schneider (2004) por conta das transformações técnicas e produtivas decorrentes da modernização da agricultura, muitos perderam a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo. Nesse sentido, a comunidade de Boa Vista de Acará, mostra que não tem perdido sua segurança alimentar, mantendo autonomia frente ao contexto social e econômico, através da produção para o autoconsumo, sendo importante valorizar e ressaltar que estas famílias agricultoras mesmo participando de diferentes canais de comercialização, não se deixam permear agressivamente pela mercantilização da agricultura familiar.

A mercantilização da agricultura é definida como um processo social no qual o mercado se apresenta como esfera primordial e organizadora da reprodução dos agricultores familiares. Este é, na atualidade, a instituição que, em grande medida, governa a produção e a reprodução da agricultura familiar moderna. Deste modo, está só pode ser entendida nas sociedades contemporâneas se for compreendido o carácter, a lógica e a integração que esta forma social

de produção e trabalho submete a os circuitos mercantis que se colocam de forma impessoal, heterogênea e como condicionantes da manutenção e sobrevivência de muitas unidades de produção (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2004, p. 30).

Esta mercantilização da agricultura familiar traz não só a perda da segurança e soberania alimentar, como também a externalização do processo produtivo que faz com que os agricultores e agricultoras dependam de fatores externos a propriedade para iniciar um novo ciclo produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Boa Vista de Acará é uma comunidade que trabalha com a cadeia produtiva da biodiversidade, onde as famílias moram em espaços coletivos, compartilhando os quintais agroflorestais que rodeiam as casas em sistemas produtivos bastante diversificados. Quintais agroflorestais que possuem uma ampla diversidade de frutas da qual sustentam sua alimentação e a geração de sua renda.

Os canais de distribuição e comercialização, também são diversos destacando-se as vendas diretas ao consumidor (circuito curto) e as vendas aos atravessadores (circuito longo). A aproximação dos produtores e os consumidores, entre produção e consumo são de grande importância para o entendimento e valoração destes sistemas produtivos desenvolvidos pelos agricultores familiares, tendo em conta que a importância social, econômica e ambiental destes sistemas produtivos vai além do território local.

Os produtos são comercializados principalmente *in natura* para os atravessadores. Porém, as experiências com a organização social desde o ano de 2003 consolida a APOBV, que comercializa principalmente Priprioca e Pataqueira, para indústria cosmética. Essa experiência vem aumentando as habilidades e conhecimentos para uma melhor organização e gestão da produção, assim como de sua comercialização, tendo como referência o trabalho coletivo. Assim, o beneficiamento de produtos, a agregação de valor e a aproximação entre produtores e consumidores, têm-se tornado estratégias pontuais no melhoramento da cadeia produtiva.

Ressalta-se que, a agregação de valor aos produtos permite que os agricultores familiares criem vínculos de distintos tipos com os mercados, numa construção de identidade territorial, como por exemplo, os produtos com denominação de origem.

Entretanto, mesmo que a comunidade de Boa Vista de Acará disponha de uma diversidade de produtos obtidos dos cultivos e do ecossistema natural local, de toda a produção gerada das diferentes espécies cultivadas e do extrativismo, somente o Açaí, Cupuaçú, Castanha do Pará, *Carapa guianensis* (Andiroba) e o Peixe bem como, o Camarão, apresentam potencial econômico de grande escala. Porém, as especialidades em produtos e serviços da floresta como a fabricação de chocolates e os tradicionais banhos de cheiro, que os turistas experimentam durante suas visitas na comunidade, estão possibilitando o conhecimento destas cadeias produtivas da biodiversidade.

Por outro lado, é importante ressaltar que, ao incorporar um maior nível de tecnologias sociais nas lavouras para obtenção de maior produtividade das espécies como o Açaí em período de entressafra podem proporcionar as famílias agricultoras maiores níveis de renda econômica.

A partir dessa pesquisa foi possível perceber que, na comunidade encontra-se uma série de potencialidades e fragilidades. Por um lado, observa-se a capacidade autônoma de geração de renda e produtos para o autoconsumo, e por outro como menciona Maluf (2004) nota-se que a agricultura familiar ainda é depositária de um grande contingente de pessoas vivendo em condições sociais e de produção extremamente heterogêneas, formando em alguns casos expressões de pobreza rural.

Na comunidade de Boa Vista de Acará, a inserção dos agricultores familiares no mercado ainda é um grande desafio, sendo que, muitas vezes, eles precisam de logística adequada para o transporte de seus produtos, neste sentido, acabam não comercializando sua produção de forma eficiente. Sendo preciso e oportuno, continuar e focalizar na organização comunitária, que permita melhorar as condições da logística e facilite novas possibilidades de acesso ao mercado.

Por isso, os processos de investigação e extensão rural como o presente estudo, fazem articulações entre os diferentes agentes acadêmicos, agrícolas e financeiros, que tem o desafio de construir relações sociais e comerciais mais respeitadas, que favoreçam equitativamente todas as suas partes. A Agricultura familiar vem desenvolvendo um papel central na articulação destes diferentes agentes, e umas das atividades primordiais e determinantes, são os processos de construção de mercados e comercialização dos produtos.

Channels of commercialization of family agriculture: the case of the community of Boa Vista de Acará, Amazon paraense-Brazil.

ABSTRACT

The present study aimed to present the results of the productive and socio-economic diagnosis of the community of Boa Vista de Acará, carried out from March to April 2018, with a focus on the debate on the main forms of commercialization of family farming products in the community, located in the Amazon of Pará. For this, the application of questionnaires and interviews was used, in order to proceed with the survey of information, covering questions related to the production and commercialization of agroextractive products and their derivatives. The results show that the products of family farming in Boa Vista de Acará are mainly sold through intermediaries and at Porto da Palha fairs or at Ver-o-Peso, in the city of Belém (capital of the state of Pará). In this way, the community participates in different marketing channels, both short and long circuits. However, the results indicate that the relations maintained by family farming with the food markets, still make the income of most families unstable

KEYWORDS: Marketing Channels. Family Farming. Boa Vista Community of Acará. Paraense Amazon.

NOTAS

¹ As Plantas de cheiro são ervas medicinais e aromáticas usadas principalmente para fazer “banhos de cheiro”, atividade cultural passada de geração em geração. No Pará, esta tradição tem sido destaque pelas ervas da Amazônia e as “erveiras” especialistas na cura por meio dos banhos.

² Na região se denomina “Marreteiro” a os compradores ambulantes que buscam produtores nas comunidades ou nas feiras, para comprar seus produtos por atacado, sem que, para isso, esteja devidamente licenciada.

³ O Mercado Ver-o-Peso é um dos mercados públicos mais antigos do Brasil, considerado como uma das maravilhas do estado do Pará. Eleito uma das 7 Maravilhas do Brasil por ser um dos mercados mais antigos do país. Ponto turístico, cultural e econômico da cidade de Belém do Pará, formado pelo Mercado de Ferro, Praça do Pescador, Doca das Embarcações, Pedra do Peixe e, Feira Livre - considerado a maior feira ao ar livre da América Latina que abastece a cidade com variados tipos de gêneros alimentícios e ervas medicinais, vindos das ilhas circunvizinhas à capital e dos municípios do interior, fornecidos por via fluvial.

⁴ Ver a teoria de Alexander Chayanov (1974) sobre racionalidade da produção camponesa e a organização da unidade econômica campesina.

⁵ Os grupos étnicos conhecidos como “comunidades remanescentes de quilombos” ou “quilombolas”, são constituídos pelos descendentes dos escravos negros que, no processo de resistência à escravidão, originaram grupos sociais que ocupam um território comum e compartilham características culturais até os dias de hoje.

⁶ O Tucupi é o sumo amarelo extraído da raiz da mandioca brava quando descascada, ralada e espremida (tradicionalmente usando-se um tipiti). Depois de extraído, o caldo “descansa” para que o amido (goma) se separe do líquido (tucupi). Inicialmente venenoso devido à presença do ácido cianídrico, o líquido é cozido (processo que elimina o veneno) e fermentado de 3 a 5 dias para, então, ser usado como molho na culinária.

REFERÊNCIAS

ABRAHIM, G. S.; NEIRÃO, A. E. R.; LOBATO DE MATTOS R. A contribuição do conhecimento acadêmico para a transformação do modelo de gestão dos empreendimentos da agricultura familiar paraense. **III Congresso Virtual Brasileiro de Administração CONVIBRA**, Novembro 2006. Editora Convibra. 2006. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/108_pdf.pdf>. Acesso em: 01/05/2019.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste. 2007. Disponível em:<<http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-altafin---2007.pdf>>. Acesso em: 28/03/2019.

ARANCIBIA, F.E. **Consumo Sustentável: padrões de consumo da nova classe média brasileira**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Educação e Gestão Ambiental. Universidade de Brasília. 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11547/1/2012_FelipeEduardoRodriguezArancibia.pdf>. Acesso em: 07/06/2019.

CABANES MOROTE, M.; GÓMEZ LÓPEZ, J. D. Economía social y Soberanía Alimentaria. Aportaciones de las cooperativas y asociaciones agroecológicas de producción y consumo al bienestar de los territorios. **CIRIEC-España, Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa**. n. 82, p.127-154. 2014. Disponível em: <<http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/45086>>. Acesso em: 20/08/ 2018.

FIGUEIRAS, G. C.; HERRERA, J. A. O segmento da agricultura familiar no estado do Pará: Um olhar a partir dos dados do censo de 2006. *Centro de Pesquisas Econômicas da Amazônia. Cadernos CEPEC*. v. 1, n. 7, p. 4-25, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/6817>>. Acesso em: 04/06/2019.

FINATTO, R. A.; SALAMONI, G. Agricultura familiar e agroecologia: perfil da produção de base agroecológica do município de pelotas/rs. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 199-217. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132008000200012&nrm=iso>. Acesso em: 30/04/2019.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Porto Alegre. 2004. 306 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Rural). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/5583> > Acesso em: 1/05/2019.

_____. A produção da autonomia: Os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. **Estudos Sociedade e Agricultura**. v. 15, n. 1, p. 89-122. ISSN 1413-0580. 2007. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/557f/749bec807a0c2aa19bad001041c00560c601.pdf>>. Acesso em: 04/04/2019.

GRISA, C. Segurança alimentar e autonomia na agricultura familiar: A contribuição da produção para o autoconsumo. **Revista de extensão e estudos rurais**. p. 97 – 129. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/rever/article/view/3278/1549>> Acesso em: 04/04/2019.

HAGE, S. A.; CRUZ, R.; ARAÚJO SILVA, H. S. **Movimento de educação do campo no Brasil e no estado do Pará: Uma história de protagonismo que se afirma no enfrentamento à precarização e regulação**. Belém, Pará, Brasil: Universidade Federal do Pará UFPA. s.d. Disponível em: <<https://sigaa.ufpa.br/sigaa/verProducao?idProducao=280293&key=d17deedaf7b6f38f559142c4f1c6ebb8>>. Acesso em: 03/06/2019.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 15/06/2018.

MAGALHÃES NOGUEIRA, A.K.; SANTANA, A.C. Análise de sazonalidade de preços de varejo de açaí, cupuaçu e bacaba no estado do Pará. **Revista de Estudos Sociais**. v. 1, n. 21, p. 7-22. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/232>>. Acesso em: 07/06/2019.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322. 2004. Disponível em: <<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/2061/2443>>. Acesso em: 21/09/2018.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. Mobilização política de comunidades negras rurais. Domínio de um conhecimento praxiológico. **Novos Cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 1999. ISSN 2179-7536. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/110/164>>. Acesso em: 09/05/2019.

MENEGHETTI, G. A.; SOUZA, S. R. A agricultura familiar do Amazonas: conceitos, caracterização e desenvolvimento. **Terceira margem Amazônia**. v. 1, n. 5. São Paulo: Outras expressões, 2015. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1033378/a-agricultura-familiar-do-amazonas-conceitos-caracterizacao-e-desenvolvimento>>. Acesso em: 26/05/2019.

MOREIRA, E. S.; HÉBETTE, J. Metamorfoses de um campesinato nos baixos Amazonas e baixo Xingu Paraenses. Em GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: Expressões e Categorias Construções indenitárias e Sociabilidade**. p. 187-207. 2009. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/538/1/CapitulodeLivro_Meta_morfosesCampesinatoBaixo.pdf>. Acesso em: 3/06/2019.

REZENDE, A. M.; GOMES, M. **Comercialização Agrícola**. 2da edição. Viçosa: CPT, 2000. 56 p. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/cursos-administracaorural/comercializacao-agricola>>. Acesso em: 22/12/2019.

RIBEIRO, K.; NASCIMENTO, D.; SILVA, J. F. Cooperativismo agropecuário e suas contribuições para o empoderamento dos agricultores familiares no submédio São Francisco: o caso da associação de produtores rurais do núcleo VI – Petrolina/PE. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 19, n. 40, p. 77-101. 2013. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/3444/2282>>. Acesso em: 7/04/2019.

SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=9ntcDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=SCHNEIDER,+S.+\(2003\).+A+pluriatividade+na+agricultura+familiar+\(2nd+ed.+ed.\).+Porto+Alegre:+UFRGS.+Fonte:+&ots=CvjJbZr26s&sig=Q_em3xPZZGA8XfjYnDrIDPY1dAc#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=9ntcDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA4&dq=SCHNEIDER,+S.+(2003).+A+pluriatividade+na+agricultura+familiar+(2nd+ed.+ed.).+Porto+Alegre:+UFRGS.+Fonte:+&ots=CvjJbZr26s&sig=Q_em3xPZZGA8XfjYnDrIDPY1dAc#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 1/05/2019.

SCHOROTH, G.; FONSECA, G.; HERVEY, C. A.; GASCON, C.; VASCONCELOS, H. L.; IZAC, A. M. **Agroforestry and Biodiversity Conservation in Tropical Landscapes**. Washington. Covelo. London: Island Press. 2004. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=lfmBO4XpfyUC&oi=fnd&pg=PR2&dq=SCHOROTH,+G.,+FONSECA,+G.,+HERVEY,+C.+A.,+GASCON,+C.,+VASCONCELOS,+H.+L.,+%26+IZAC,+A.-M.+N.+\(2004\).+Agroforestry+and+Biodiversity+Conservation+in+Tropical+Landscapes.+Washington+%E2%80%A2+Covelo+%E2%80%A2+London:+Island+Press.&ots=5Pg8aPzY9D&sig=g-aiOfG6IAKfmMmNmVnROzbV3g#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=es&lr=&id=lfmBO4XpfyUC&oi=fnd&pg=PR2&dq=SCHOROTH,+G.,+FONSECA,+G.,+HERVEY,+C.+A.,+GASCON,+C.,+VASCONCELOS,+H.+L.,+%26+IZAC,+A.-M.+N.+(2004).+Agroforestry+and+Biodiversity+Conservation+in+Tropical+Landscapes.+Washington+%E2%80%A2+Covelo+%E2%80%A2+London:+Island+Press.&ots=5Pg8aPzY9D&sig=g-aiOfG6IAKfmMmNmVnROzbV3g#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em 06/06/2019.

SEBRAE. Agronegócio: Fruticultura nas regiões. **Boletim de Inteligência**. 2015. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 07/06/2019.

SOLLBERG, I.; SCHIAVETTI, A.; BRUCK MORAES, M. E. Manejo Agrícola no refúgio de vida Silvestre de Una: Agroflorestas como uma perspectiva de conservação. *Revista Arvore*. Viçosa-MG, **Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal**. v. 38, n. 2. p. 241-250. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622014000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 3/06/2019.

SOUSA, R. da P. **Sistematização do programa bolsa verde: reflexões a partir da região Amazônica**. Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB). Ministério de Meio Ambiente (MMA). Belém, 2013.

SOUZA, A. G. C; SOUZA. M. G.; PAMPLONA. A. M. S. R.; WOLFF, A. C. Boas práticas na colheita e pós colheita do cupuaçu. **Circular técnica. Embrapa Amazônia Oriental** – 2011. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/917130/1/Cir cTec36.pdf>>. Acesso em 31/01/2020.

TABARELLI, M.; VENCESLAU AGUIAR, A.; RIBEIRO, M. C.; METZGER, J. P.; PERES, C.A. **Prospects for biodiversity conservation in the Atlantic Forest: Lessons. Biological Conservation**. v. 143, n. 10. p. 2328-2340. 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0006320710000443>> Acesso em: 06/06/2019.

VAN DER PLOEG, J. Sete teses sobre a agricultura camponesa. Em: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Jan%20Douwe%20Van%20der%20Ploeg%20-%20Sete%20teses%20sobre%20a%20agricultura%20camponesa.pdf>>. Acesso em: 20/08/2018.

WANDERLEY, M. N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários**. Caxambu, MG-Brasil. P. 3. Outubro 1996. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>>. Acesso em: 30/04/2019.

_____. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Pernambuco, n. 2, p. 29-37. 2000.

Disponível

em:

<<https://revistas.ufpr.br/made/article/download/22105/14471>>.doi:
<http://dx.doi.org/10.5380/dma.v2i0.22105>>. Acesso em: 30/04/2019.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42 – 61. 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238>>. Acesso em: 30/04/2019.

Recebido: 20/07/2019

Aprovado: 29/07/2020

DOI: 10.3895/rts.v16n45.10379

Como citar: BUENAVENTURA, I.M.; SOUSA, R.P.; GÓMEZ LÓPEZ, J.D. Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil. **Rev. Tecnol. Soc.**, Curitiba, v. 16, n. 45, p. 123-150, out./dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/10379>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

